

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

BRUNA ISABELE DE LIMA SANTOS

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE
ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II

GOIÂNIA

2020

BRUNA ISABELE DE LIMA SANTOS

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO DE
ALUNOS SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Projeto de pesquisa apresentado para obtenção da nota na disciplina de Monografia I do Curso de Licenciatura em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Prof^a. Clistênia Prudenciana Diniz.

GOIÂNIA

2020

RESUMO

Esta pesquisa tem como título “A importância do professor de educação física na inclusão de alunos surdos no ensino fundamental II”. O objetivo geral desta pesquisa é verificar se os profissionais de educação física estão aptos à inclusão de alunos surdos em suas aulas. Os objetivos específicos, constatar quais estratégias metodológicas os professores estão utilizando para incluir os alunos surdos em suas aulas; constatar de que forma o professor está se comunicando com os alunos surdos; verificar na formação do profissional de educação física, a carga horária das disciplinas está adequada aos ensinamentos de alunos surdos. A partir da pesquisa realizada, concluímos que os professores de educação física precisam se manter atualizados as novas práticas de ensino, para que possam incluir o aluno com deficiência em suas aulas.

Palavras chave: Professor de Educação Física; Alunos surdos e Ensino fundamental II.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
REFERENCIAL TEÓRICO.....	09
CAPÍTULO I.....	09
1 Educação Física escolar no ensino fundamental I.....	09
1.1 Histórico.....	09
1.2 Conceitos.....	10
1.3 Educação física escolar no Brasil.....	10
1.4 Legislação da educação física escolar.....	11
1.5 Conteúdos e metodologias.....	12
1.6 Educação física escolar e a inclusão de alunos com deficiência.....	13
CAPÍTULO II.....	14
2 Inclusão.....	14
2.1 Histórico.....	14
2.2 Conceito.....	14
2.3 Legislação do processo de inclusão.....	15
2.4 Deficiência.....	15
2.5 Procedimentos de inclusão com alunos surdos nas aulas de educação física.....	16
CAPÍTULO III.....	17
3 A importância do professor de educação física no processo de inclusão de alunos com surdez.....	17
3.1 Formação e preparação dos professores de educação física para aulas com alunos surdos.....	17
3.2 Práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na inclusão de alunos surdos.....	19
METODOLOGIA.....	21
DISCUSSÃO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PNE	Plano Nacional de Educação
MEC	Ministério da Educação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais



Caixa Postal 86 • CEP 74605-010

Goiânia • Goiás • Brasil

Fone: (62) 3946.1021 | Fax: (62) 3946.1397 www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE
GRADUAÇÃO

Av. Universitária, 1069 •
Setor Universitário

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**ATA DA APRESENTAÇÃO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Aos 8 dias do mês de dezembro de 2020 reuniram-se de forma síncrona e remota, na sala de apresentação virtual 3, às 9:00 horas, a Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador(a): CLISTÊNIA PRUDENCIANA DINIZ

Parecerista: MARCELO SOUSA E SILVA

para a apreciação do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física – Bacharelado, do Acadêmico(a):

BRUNA ISABELE DE LIMA SANTOS

Com o título:

A Importância do professor de educação física na inclusão de alunos surdos no ensino fundamental II.

Que após ser apresentado recebeu o conceito:

A

B

C

D

Coordenação do Curso de Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

A educação física permite aos alunos desenvolver ações motoras, cognitivas e o convívio social, por isso esta disciplina pode ser uma grande ferramenta de inclusão, tanto educacional quanto social. A educação física tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais e com isto consideramos que a educação física tem um papel fundamental para a inclusão integral, não só nas aulas, mas também na sociedade considerando que cada indivíduo é diferente (NASCIMENTO *et al.*, 2007).

Traz ao professor de educação física e à sua prática pedagógica um papel importante no processo de inclusão. Sendo a escola uma das maiores instituições formadoras da nossa sociedade, é preciso verificar os caminhos que os professores traçam para a integração e inclusão dos alunos com necessidades especiais, para entendermos e aperfeiçoarmos o processo de inclusão que tem mudado muito a rotina das escolas regulares de todo o país.

É fundamental o professor estar preparado para receber o aluno surdo. Quando se tem alunos surdos, muitas vezes se tem ideias preconcebidas e concepções equivocadas. As concepções que os professores tem refletem na sua postura, nas ações em relação às crianças e são estas atitudes que fazem os alunos se sentirem melhor e mais sociáveis em razão aos outros.

Como desta forma a importância do professor de educação física na inclusão de alunos surdos no ensino fundamental I.

Portanto indaga-se os profissionais de educação física se sentem aptos à inclusão de alunos surdos nas suas aulas e quais estratégias metodológicas que os professores estão utilizando para incluir os alunos surdos em suas aulas?

O objetivo geral da pesquisa é verificar se os profissionais de educação física estão aptos à inclusão de alunos surdos em suas aulas.

Foram delineados os seguintes objetivos específicos, constatar quais estratégias metodológicas os professores estão utilizando para incluir os alunos surdos em suas aulas ;Constar de que forma o professor está se comunicando com os alunos surdos; Verificar se na formação do profissional de educação física, a carga horária das disciplinas está adequada aos ensinamentos de alunos surdos.

Parte da hipótese de que os professores de educação física precisam se qualificarem cada vez para saber lidar com a inclusão de alunos surdos, através da língua brasileira de sinais e incluir este aluno com os demais.

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados procedimentos bibliográficos e documentais sob método bibliográfica explicativa, com recurso de materiais como livros, dissertações, teses e artigos científicos.

A pesquisa estrutura em introdução, referencial teórico em 3 capítulos sendo que o 1º capítulo apresentamos Educação Física escolar no ensino fundamental I, histórico, conceitos, educação física escolar no Brasil, legislação da educação física escolar, BNCC, LDB e PCN, conteúdos e metodologias e educação física escolar e a inclusão de alunos com deficiência. No 2º capítulo apresentamos inclusão, histórico, conceito, legislação, deficiências, procedimentos de inclusão com alunos surdos nas aulas de educação física escolar. E no 3º capítulo apresentamos a importância do professor de educação física no processo de inclusão de alunos com surdez, formação e preparação dos professores de Educação física para aulas com alunos surdos e práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na inclusão de alunos surdos.

Ao final conclui-se que os objetivos foram atingidos e o problema foi respondido com a confirmação da hipótese de que os professores de educação física precisam se aprofundar mais para que aconteça a inclusão de alunos nas salas de aula.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulo I

1 Educação Física escolar no ensino fundamental I

A Educação Física na escola é considerada por muitos como um momento de brincadeiras jogadas e sem sentido ou como treinamento desportivo onde as relações entre professores e alunos passam a ser vista como: “professor-treinador e aluno-atleta” (MATTOS e NEIRA, 2000 p. 10). Isto contribui para “colocar os alunos como ‘máquinas de rendimento’ as quais tem por fim atingir a capacidade de obtenção dos melhores resultados nas competições interescolares” (COSTA, 2003). O Ensino Fundamental I compreende o 1º ano até o 5º ano.

1.1 Histórico.

A Educação Física no Brasil, de sua implantação aos dias atuais, passou primeiramente pelas influências do sistema político brasileiro, seguindo o padrão de políticas internacionais, onde exercia o papel de formar o cidadão forte, com saúde e moralidade cívica, integrado à nação, e o poderio militar se sobressaia como forma de nacionalismo. Nesse período, a Educação Física Escolar preocupou-se com a saúde e a higiene dos escolares, levando à sua concepção biológica, fazendo com que o aluno despertasse para o sentido de saúde, através da criação de hábitos higiênicos, do convívio com a água e exercícios ao ar livre, servindo dessa forma, aos objetivos de grupos interessados em sua implantação (MOREIRA et al, 2004). Na Educação Infantil, a Educação Física desempenha um papel de relevada importância, pois a criança desta fase está em pleno desenvolvimento das funções motoras, cognitivas, emocionais e sociais, passando da fase do individualismo para a das vivências em grupo. A aula de Educação Física é o espaço propício para um aprendizado através das brincadeiras, desenvolvendo-se os aspectos cognitivo, afetivo-social, motor e emocional conjuntamente. Destaca-se a influência que os pais exercem, em primeira instância, em seu filho dentro de casa, nessa fase de desenvolvimento, devendo partir dos professores de Educação Física, a iniciativa de trabalhar para um maior entendimento e compreensão do valor dessa área para o desenvolvimento integral da criança.

1.2 Conceitos

A Educação Física enquanto componente curricular da Educação básica deve assumir então uma outra tarefa: introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida. “A integração que possibilitará o usufruto da cultura corporal de movimento há de ser plena – é afetiva, social, cognitiva e motora. Vale dizer, é a integração de sua personalidade” (Betti, 1992, 1994a).

1.3 Educação física escolar no Brasil

A Educação Física brasileira apresenta concepções históricas, identificando-as em tendências: Higienista - Esta tendência foi bastante influenciada pela medicina e pela eugenia. Segundo Darido e Rangel (2005) esta concepção possuía como preocupação principal os hábitos de higiene e saúde, valorizando tanto o desenvolvimento físico quanto o moral, a partir do exercício (até 1930); Militarista - Totalmente biológica, como sustenta Daolio (1995), esta tendência expressa a forma como os professores compreendiam os alunos, considerando-os de forma homogênea. Com a implantação do Estado Novo, na década de 30, a escola passa a sofrer transformações nos programas das disciplinas. Assim, os professores de Educação Física passam a atuar recorrendo a filosofia da militarização (de 1930 a 1945); Pedagogicista - No Brasil, com o crescimento da escola pública, como atesta Ghiraldelli Júnior (1998) a Educação Física recebe impulsos da ideologia desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek e passa a se integrar pela primeira vez nas questões pedagógicas na escola (1945 a 1964); Competitivista - A Educação Física passa a ser dominada pelos esportes, melhor, passa a ser sinônimo de esportes. Há uma exclusão generalizada daqueles que não possuem habilidades, a competição passa a ser o objetivo do processo. A relação professor-aluno passa a ser técnico-atleta. O período que compreende esta tendência na Educação Física é de 1964 a 1985 (FERREIRA, 2009); Desenvolvimentista - destina-se principalmente às crianças de quatro a quatorze anos, defende que as aulas de Educação Física

promovam a aquisição de habilidades motoras, como andar, correr, saltar, arremessar, rolar, respeitando certos padrões apontados como ideais para cada faixa etária e que serão úteis ao longo da vida do aluno; Interacionista construtivista - constata-se a influência da Psicomotricidade, tanto na busca da formação integral, com a inclusão das dimensões afetivas, cognitivas ao movimento humano, como na discussão sobre o papel da Educação Física na escola; Crítico-Superadora - é diagnóstica, por que pretende ler os dados da realidade, interpretá-los e emitir um juízo de valor específico, e trabalha pedagogicamente com a reflexão.

1.4 Legislação da educação física escolar

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. (BRASIL, 2020)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 afirma que a Educação Física é componente curricular da Educação Básica, a qual compreende a Educação Infantil, estabelece no Art. 29, pag. 17:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

O parâmetro nacional de qualidade, busca assegurar a qualidade na educação infantil por meio do estabelecimento desses parâmetros é uma das diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil (Brasil, 2005). Busca contemplar: 1) a concepção de criança e de pedagogia da Educação Infantil; 2) o debate sobre a qualidade da educação em geral e o debate específico no campo da educação da criança de 0 até 6 anos; 3) os resultados de pesquisas recentes; 4) a qualidade na perspectiva da legislação e da atuação dos órgãos oficiais do país. No que diz respeito à qualidade do atendimento existente, ao lado da preocupação do MEC e de grupos específicos ligados a universidades, a centros de pesquisa ou aos Fóruns de Educação Infantil em melhorar os serviços oferecidos às crianças de 0 até 6 anos, temos ainda uma quantidade indefinida de instituições funcionando à margem dos sistemas educacionais, alheias aos mecanismos de supervisão e sequer identificadas nas estatísticas oficiais. (BRASIL, 2006).

1.5 Conteúdos e metodologias

A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como as nomeadas anteriormente: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem. Uma nova compreensão da Educação Física implica considerar certos critérios pelos quais os conteúdos serão organizados, sistematizados e distribuídos dentro de tempo pedagogicamente necessário para a sua assimilação. Segundo Leontiev (1981), as significações não são eleitas pelo homem, elas penetram as relações com as pessoas que formam sua esfera de comunicações reais. Isso quer dizer que o aluno atribui um sentido próprio às atividades que o professor lhe propõe. Mas essas atividades têm uma significação dada socialmente, e nem sempre coincide com a expectativa do aluno. Esporte, jogos, lutas e ginástica, articulam-se entre si, têm vários conteúdos em comum, mas guardam especificidades, guardam características próprias e mais específicas, mas também têm interseções e fazem articulações entre si, têm vários conteúdos em comum, mas guardam especificidades e guardam características próprias e mais específicas,

mas também têm interseções e fazem articulações entre si. (Parâmetros curriculares nacional)

1.6 Educação física escolar e a inclusão de alunos com deficiência

Inclusão escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. Não é tolerado nenhum tipo de discriminação. O foco da inclusão escolar são as crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais (NEE), que normalmente apresentam algum tipo de deficiência física ou psicológica. A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Art. 27 prevê que:

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 7).

A inclusão apresenta-se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. Frequentar escolas especiais não significa inclusão, pelo contrário, reforça ainda mais a exclusão, no sentido de delimitar o espaço destinado aos deficientes, e com a comprovação de que a evolução da criança deficiente é ainda maior quando, além de frequentar a escola especial, frequenta em outro período uma escola regular. A educação inclusiva já vinha sendo considerada na legislação brasileira (Constituição de 1988), mas foi introduzida mais explicitamente nas políticas públicas do sistema educacional brasileiro por meio de diferentes leis e diretrizes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) – Adaptações Curriculares para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Capítulo II

2 Inclusão

A definição de inclusão segundo o dicionário Luft (2002) é abranger, compreender, inserir, introduzir ou fazer parte. Para Montoan (2006, p. 19), “educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”. Por isso, a inclusão é um movimento que busca repensar a escola para que passe de escola da discriminação para aberta a todos. Para Guijarro (2005, p. 125):

inclusão é um movimento amplo, diferente de integração que neste caso significa apoiar os alunos com deficiência na escola regular, na inclusão o foco é a transformação da educação comum para eliminar as barreiras que limitam o aprendizado e a participação destes alunos na escola.

2.1 Histórico

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) é reconhecida pela comunidade acadêmica como um marco histórico e político na área da educação especial no que se refere à luta pela inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Este documento proclama o direito de todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas necessidades individuais, ao acesso e permanência à educação por meio de um ensino planejado, capaz de atender a vasta diversidade destas necessidades. De acordo com o documento, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, as quais, seguindo uma orientação inclusiva, devem assumir a responsabilidade de combater atitudes discriminatórias e oferecer educação de qualidade.

2.2 Conceito

A inclusão pressupõe que todas as crianças e alunos tenham uma resposta educativa num ambiente regular que lhes proporcione o desenvolvimento das suas capacidades. A lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Art. 1 prevê que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015, p. 1).

2.3 Legislação do processo de inclusão.

A lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. No Art. 1 e 2 diz:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2000, p. 1)

2.4 Deficiências

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. A intensidade produzida por um som é medida em decibéis. O som mais delicado que uma pessoa pode ouvir é definido por 0 dB de nível de audição, o som de uma pessoa murmurando registrará 30 dB. O nível normal de conversa mede de 45-50 dB de nível de audição, e um concerto de *rock* pode medir cerca de 100 dB, que podem até causar surdez temporária (PERRET; BARSHAW, 1990).

Nos surdos há uma grande dificuldade na fluência da comunicação, o que exige que o outro esteja disposto a tentar entendê-lo. Os surdos apresentam uma maneira típica de comunicação que na ausência da fala é repleta de gestos e ruídos, podendo causar estranhamento. Crianças surdas procuram criar e desenvolver alguma forma de linguagem, mesmo não sendo expostas a nenhuma língua de sinais, desenvolvem um sistema de gesticulação manual que tem semelhança com outros sistemas desenvolvidos por outros surdos que nunca tiveram contato entre si e com as línguas de sinais já conhecidas. Além da linguagem, é importante a pessoa com surdez ter condições que lhe permita se estruturar emocionalmente.

Não é a fala ou a língua de sinais; a pessoa surda que “se deu bem” é aquela que pôde preservar a sua autenticidade, aceitou a surdez como uma parte diferente e não doente de si; que pôde fazer uma escolha que lhe permita ser natural em sua comunicação, independentemente de ser oralizada ou sinalizada (BERGMANN, 2001, p.18).

Na legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência estão categorizados no Decreto nº 5.296/2004 como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004). Enquadram-se nas categorias do Decreto nº 5.296/2004:

“a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”

2.5 Procedimentos de inclusão com alunos surdos nas aulas de educação física escolar

Uma proposta educativa precisa considerar que, durante o desenvolvimento a criança passa por diferentes etapas, diferentes formas de pensar e de agir que caracterizam suas relações com o mundo físico e social. A ordem em que as etapas acontecem é a mesma, porém a idade em que ocorrem varia segundo cada indivíduo. Diferentes ritmos constituem uma maneira de crescer, por meio das relações com o outro, a personalidade vai sendo construída gradativamente; portanto, a educação infantil exerce grande e definitiva influência na formação pessoal e social da criança sob uma perspectiva de educação para a cidadania que se reflete na qualidade de formação do ser humano que interage ativamente no meio em que vive. A criança possui uma identidade própria e exige uma educação que a respeite como ser em desenvolvimento. Numa perspectiva de educação para a cidadania, o currículo deve possibilitar o alcance de três objetivos básicos na educação infantil: construção da identidade e da autonomia; interação e socialização da criança no meio social, familiar e escolar, e ampliação progressiva dos conhecimentos de mundo (BRASIL, 1996).

Capítulo III

- 3 A importância do professor de educação física no processo de inclusão de alunos com surdez.

Se a educação infantil é importante para qualquer criança, para a criança com surdez é essencial. A carência da estimulação nos primeiros anos de vida diminui o ritmo natural do processo evolutivo infantil, aumentando o distanciamento dos padrões do desenvolvimento psicomotor, socioafetivo, cognitivo e da linguagem. Entende-se que os professores devem saber lidar com a diversidade que existe entre seus alunos e assim, ter uma postura melhor em relação às especificidades de cada um. Muitas das vezes, o problema das ações fragmentadas consiste na base, ou seja, está intrinsecamente relacionada com a formação inicial (RINALDI; REALI; COSTA, 2007).

Segundo Cidade e Freitas (2002, pág. 124)

“uma metodologia adequada com vários recursos além de ser necessária para a compreensão dos assuntos e a não exclusão do aluno, também pode despertar nele um maior interesse e motivação, utilizando no processo de aprendizagem exemplos concretos vivenciados no dia-a-dia, estimulando a expressão e a capacidade de criar”.

Bueno (2001) aponta que um ensino de qualidade para crianças com necessidades educacionais especiais, na perspectiva de uma educação inclusiva, envolve no mínimo dois tipos de formação profissional docente, sendo elas: professores “generalistas” do ensino regular, com um mínimo de conhecimento e prática do aluno diversificado; e professores “especialistas” nas diferentes necessidades educacionais especiais, tanto para o apoio desses indivíduos quanto para o apoio do trabalho a ser realizado. Freire (2005) em sua obra *Pedagogia da Autonomia* afirma que

O ideal é que na experiência educativa, educandos, educadoras e educadores, juntos ‘convivam’ de tal maneira com os saberes que eles vão virando sabedoria. Algo que não é estranho a educadores e educadoras. (FREIRE, 2005, p. 58)

3.1 Formação e preparação dos professores de Educação física para aulas com alunos surdos.

A resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018, no Capítulo I, Art. 3º prevê:

Art. 3º A Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou

movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.(BRASIL,2018)

Garcia (1999, p. 26), diz que

a formação de professores é uma área de conhecimento e investigação que está centrada em estudar os processos pelos quais os professores aprendem e desenvolvem sua competência profissional. Processo esse considerado pelo seu caráter sistemático e organizado. É um conceito que deve estar relacionado tanto ao sujeito que está se preparando para ser professor como àquele que já está inserido na prática docente.

Luz (2006, p. 451) declara que

a formação continuada torna-se um princípio da formação de professores, uma vez que o desenvolvimento profissional que nela ocorre é uma aprendizagem que dá continuidade à formação inicial. Além disso, possibilita integrar a formação de professores em processos de mudança, inovação e desenvolvimento curricular, pensando-os em conjunto.

Segundo Paulon, Freitas e Pinho (2005), os profissionais precisam de uma formação qualificada para conseguir lidar com os desafios que podem encontrar enquanto educadores, pois, além dos desafios de incluir o aluno com deficiência, ainda existem as desigualdades geradas pelo sistema econômico e social, que não possibilita condições objetivas para o atendimento educacional de qualidade para a classe trabalhadora no ensino regular. No próprio curso já tem disciplinas de libras, na formação do curso.

Quanto à formação dos professores de educação física para a educação inclusiva, Rodrigues (2006) afirma que na formação inicial de professores de educação física (PEF) os conteúdos sobre necessidades educacionais especiais (NEE) “são frequentemente inexistentes ou então pouco direcionados para a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro profissional possa vir a encontrar” (p. 67). De acordo com o autor pôde-se constatar através de uma pesquisa realizada pelo mesmo em Portugal que “a maioria dos cursos existentes em Portugal não proporciona qualquer formação nesse âmbito das NEE aos seus futuros licenciados” (p. 66).

A inclusão também pode ser considerada um motivo para levar ao aprimoramento profissional dos professores, estabelecendo um motivo para a

modernização da escola com o objetivo de eliminar os preconceitos, a discriminação e as barreiras sociais e culturais (LIMA, 2001).

3.2 Práticas pedagógicas utilizadas pelos professores na inclusão de alunos surdos

A educação inclusiva é um processo social que vem se desenvolvendo em todo o mundo e direciona os pensamentos para a reflexão sobre a educação e o papel da escola nos tempos hodiernos. Portanto, compreende-se que a educação escolar deve proporcionar a todos os indivíduos o desenvolvimento social, cognitivo, psicológico e afetivo, de maneira integral, preparando os indivíduos para exercerem suas capacidades e funções de modo pleno na sociedade (NOZI; VITALIANO, 2012).

A educação física tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento do indivíduo como um todo, trabalhando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais e com isto consideramos que a educação física tem um papel fundamental para a inclusão integral, não só nas aulas, mas também na sociedade considerando que cada indivíduo é diferente (NASCIMENTO *et al.*, 2007).

Paulon, Freitas e Pinho (2005, p. 21) afirmam que “não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado”. A escola é um espaço formal de apropriação do conhecimento. O processo de inclusão de fato só pode ocorrer quando houver, de acordo com as possibilidades sócio cognoscitivas dos alunos com deficiência, avanço na compreensão dos conteúdos, no caso da Educação Física relacionado a cultura corporal de movimento.

De acordo com Botelho (2002, p.16)

a história dos surdos denota preconceito, indiferença e negligência por parte de alguns educadores, do governo e da sociedade. Anteriormente, as pessoas que nasciam surdas eram consideradas incapazes de se desenvolver, de aprender, de ser como “os outros”, por isso eram excluídas da sociedade, privadas de se casar, de adquirir ou herdar bens. Injustamente eram esquecidas, abandonadas em seus mundos silenciosos, interiormente, ansiavam poder gritar, mais em vão.

A inclusão de pessoas surdas nas aulas de ensino regular, nas aulas de educação física é uma realidade possível, desde que haja um compromisso com as partes envolvidas. A Educação Física Adaptada segundo Gorgatti (2013, p.4), é uma

parte da Educação Física, onde o foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento, o qual leva em consideração as diferentes condições de seus alunos.

[...] mas pode-se considerar que a Educação Física Adaptada é uma parte da Educação Física cujos objetivos são o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentem diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas. Seu foco é o desenvolvimento da cultura corporal de movimento. Atividades como ginástica, dança, jogos e esportes, conteúdos de qualquer programa de atividades física, devem ser considerados tendo em vista o potencial de desenvolvimento pessoal (e não a deficiência em si).

Segundo Gorgatti (2013, p.142), as maiores adaptações a serem realizadas para atender alunos surdos, são quando eles apresentam além da surdez alguma defasagem no equilíbrio, coordenação motora geral, noção espaço-temporal, ansiedade, sociabilização, ritmo e a propriocepção, muitas vezes decorrentes de distúrbios nos canais semicirculares, para isso é recomendável não trabalhar isoladamente com esse aluno para atender suas necessidades.

Segundo Cidade e Freitas (2002), para que os educandos possam ter acesso aos conteúdos propostos e participem ativamente das aulas é necessário que o professor utilize estratégias adequadas de ensino, para que não haja a exclusão ou alienação dos envolvidos. Uma metodologia adequada com vários recursos além de ser necessária para a compreensão dos assuntos e a não exclusão do aluno, também pode despertar nele um maior interesse e motivação, utilizando no processo de aprendizagem exemplos concretos vivenciados no dia-a-dia, estimulando a expressão e a capacidade de criar. A seleção dos conteúdos em Educação Física deve levar em consideração a relevância social, a diversidade e as diferenças dos educandos da escola, a possibilidade de desenvolver a autonomia e liberdade de expressão nesses, além de um repertório motor cada vez mais diversificado que possa proporcionar aos educandos o desenvolvimento de suas competências (MORLEY et al., 2005).

METODOLOGIA

O estudo se enquadra à linha de pesquisa de Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais.

Na Linha de Pesquisa em Educação Física, Práticas Pedagógicas e Sociais – EFPPS, os objetos de estudos vinculam-se às relações constituídas entre a Educação Física e as metodologias de ensino aplicadas no âmbito escolar e não escolar, assim como a gestão destes espaços de intervenção. Estabelece o debate sobre o corpo, a cultura, o lazer, a história, entre outros temas que possibilitem a contextualização mais ampla desta área de conhecimento, analisando-a através das influências da sociedade sobre os diferentes temas da cultura corporal (NEPEF, 2014, p. 9).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. “A principal vantagem dessa pesquisa é que permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 44).

Como recursos materiais serão utilizados livros, dissertações, teses e artigos científicos. Como fontes de consulta para os materiais impressos será utilizada a biblioteca física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC (Campus II). Os recursos materiais digitais, serão buscados através dos bancos de dissertações e teses da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade de São Paulo (USP) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), das bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), da *US National Library of Medicine National Institutes of Health* (PUBMED), do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Serão selecionadas as produções científicas com critérios de inclusão/exclusão para a elaboração da pesquisa, mediante análise crítica e reflexiva acerca de pertinência da relação das produções com o objeto de estudo em escolas, por meio da leitura inicial dos títulos, seguida dos resumos e produção na íntegra. Serão excluídos os artigos e teses que não tratam sobre a inclusão dos surdos em escolas.

DISCUSSÃO

A pesquisa realizada, aborda questões que trazem contribuição aos professores de Educação Física e que favorecem o papel do professor na inclusão de alunos com surdez no ensino fundamental II. Através de uma análise de leitura crítica das publicações, buscando verificar sua relação com o objeto de estudo, por meio de análise do conteúdo. Ao analisar diversas publicações, foram encontrados, para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, 14 (quatorze) artigos, relevantes ao objetivo de estudo, dos 14 (quatorze) artigos encontrados, foram selecionados 4 (quatro), para elaboração da análise e discussão dos dados encontrados, na tentativa de encontrar informações sobre o evento. Para melhor compreensão segue quadro abaixo com apresentação do título publicação destas obras, os autores, o ano, o objetivo do estudo e os resultados dos autores. O mais relevante para a pesquisa foi se tratar dos professores de Educação Física estavam preparados para receber aluno surdos em sua sala de aula e foi abordado como proposto.

QUADRO 1: PUBLIÇÕES ANALISADAS

TITULO	AUTOR / ANO	OBJETIVO	RESULTADOS
A inclusão de alunos surdos nas aulas de educação física no ensino regular na perspectiva da atuação do professor e da acessibilidade da escola	Winney Aguiar Pimenta, Raíssa Forte Pires Cunha, Layla Beatriz de Freitas Barros, Jéssica do Vale Ribeiro 2018	O objetivo é identificar de que forma os estudantes surdos do ensino regular da cidade de Maracanaú estão sendo incluídos nas aulas de Educação Física na perspectiva de atuação profissional do	Os resultados sugerem: Atuação do professor na inclusão dos alunos surdos e Acessibilidade da escola.

		professor e da acessibilidade da escola.	
Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar	Tássia Pereira Alves, Zenilda Nogueira Sales, Ramon Missias Moreira, Leonardo de Carvalho Duarte, Edvaldo Souza Couto 2013	Objetivou-se apreender as representações de alunos com surdez sobre sua inclusão nas aulas de Educação Física Escolar	Os resultados sugerem: aprendizado durante as aulas de Educação Física; atendimento às necessidades nas aulas de Educação Física; estratégias inclusivas utilizadas nas aulas de Educação Física e sugestões para modificações nas aulas de Educação Física.
Educação Física no Contexto Escolar para Alunos Surdos	Luiz Gustavo Silva de Almeida, Fernando Gomes de Souza 2015	Os objetivos apontam com intuito de investigar se os professores de educação física que atuam nessa escola contemplam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) em suas aulas enquanto primeira língua dos sujeitos	Os resultados apontam para uma necessidade de os professores aprofundarem seus conhecimentos em Libras, e os participantes da pesquisa (alunos e professores) foram unânimes nesse raciocínio.

		surdos, bem como analisar a compreensão dos alunos surdos acerca do processo inclusivo ao qual estão inseridos.	
Educação inclusiva na perspectiva dos professores de educação física do município de santo andré	Jorge Marcos Ramos, Winckler, ServioAntonioBucioli 2016	Objetivou verificar as atitudes dos professores de educação física em relação à presença de alunos com deficiências em suas aulas regulares, para tanto foi aplicado um questionário contendo 18 questões.	Resultou-se A formação dos professores de educação física é muito importante para o processo de inclusão, contudo, se faz necessário uma reformulação curricular para que realmente os futuros professores ao concluírem o curso de educação física tenham condições de assumirem uma turma e promoverem efetivamente a inclusão.

Fonte: Bruna Isabele de Lima Santos.

Após a seleção e a análise dos referidos trabalhos citados no quadro, foi desenvolvido um texto destacando-se os objetivos, as ideias principais e resultados das pesquisas em correlação com o objeto principal desta.

De acordo com Winney Aguiar, et. Al. (2018), a pesquisa **“A inclusão de alunos surdos nas aulas de educação física no ensino regular na perspectiva**

da atuação do professor e da acessibilidade da escola”, no contexto escolar, os professores não estão aptos para receber alunos com surdez, visto que não há formação pedagógica na área de inclusão e não são adeptos a Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Com base nos estudos dos autores, na inclusão escolar ainda há vontade dos professores em exercer um bom trabalho educando os alunos deficientes, eles querem entender mais do assunto e adquirir conhecimento sobre tal. Os professores ficam receosos por medo se não saber se comunicar com este aluno surdo e não saber lidar com suas aulas. Os professores devem procurar mais formas de incluir este aluno em suas aulas, seja elaborando aula para que todos alunos participem e avaliando de forma individual.

Segundos os autores ao professores precisam procurar formar de lidar com os alunos deficientes, os autores Rinaldi, Reali e Costa 2007, diz que os professores devem saber lidar com a diversidade que existe entre seus alunos, e ter uma postura melhor frente a eles, e muitas vezes o problema está relacionado intrinsecamente a formação inicial de cada um.

De acordo com Tassia Pereira, et. Al. (2013) **“Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar”**, foi realizada uma pesquisa com 8 alunos com surdez, no âmbito escolar, foram perguntados os seguintes aspectos: aprendizado durante as aulas de Educação Física; atendimento às necessidades nas aulas de Educação Física; estratégias inclusivas utilizadas nas aulas de Educação Física e sugestões para modificações nas aulas de Educação Física.

Os alunos entrevistados falaram da dificuldade em aprender com professores que não sabem a Libras, alguns deles ficavam preocupados se os alunos estavam aprendendo e mudavam a técnica de ensino para melhor compreensão. Alguns professores querem de alguma forma incluir este aluno por isso tentam formas diferentes de ensino. Por tanto é preciso que os profissionais em sua formação superior se interessem mais sobre assuntos de inclusão.

Segundo os autores diz que os alunos entrevistados se queixaram de não estarem aprendendo, Bueno 2001, diz que um ensino de qualidade requer dois tipos de formação profissional, professores generalista com um mínimo de conhecimento e pratica do aluno diversificado e professores especialistas nas diferentes necessidades educacionais especiais, para o apoio do trabalho a ser realizado.

De acordo com Luiz Gustavo, et. Al. (2015) **“Educação Física no Contexto Escolar para Alunos Surdos”**, busca compreender as questões culturais e identitárias inerentes ao processo de inclusão dos alunos surdos e como se dá a interação professor/ aluno durante as aulas e se os professores sabem a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A Libras é uma forma de comunicação entre os surdos, pois nem todos são oralizados. O aluno surdo aprende por meio de experiências vividas em sua vida. Com os anos foram criadas leis que ajuda o aluno com deficiência dentro do campo escolar inclusivo, o professor deve sempre se atualizar aos conhecimentos novos para ajudar este aluno surdo na aprendizagem. Os professores de Educação Física precisam escolher atividades que vão entreter este aluno e fazer com que ele possa participar a cada vez mais da aula.

Segundo os autores os alunos surdos podem ser oralizados ou não, o autor Bergmann 2001, diz que a pessoa surda pode preservar a sua autenticidade e que aceita a surde como uma parte diferente e não como uma doença, e que ela pode fazer sua escolha em que permita ser natural sua comunicação em libras ou ser oralizada.

De acordo com Jorge Marcos, et. Al. (2016) **“Educação inclusiva na perspectivados professores de educação física do município de Santo André”**, foi realizado uma pesquisa com 77 professores de escolas do município de Santo André, foi observado que a maioria deles acreditam que a inclusão e benéfica para os alunos com surdez.

Os professores falaram que as escolas em que trabalham atende bem os alunos com deficiência. Metade dos professores disseram estar preparados para trabalhar com alunos com deficiência e a outra metade disse que não, a formação do profissional de Educação Física e muito importante para o processo de inclusão. Pude observar que a maioria dos entrevistados tem a necessidade de investimento na formação e qualificação de profissional, de quebra de paradigmas e de evolução. Segundo os autores alguns professores falaram em estar preparados para trabalhar com alunos surdos e outros não, segundo Paulon, Freitas e Pinha (2005), os profissionais precisam de uma formação qualificada para conseguir lidar com os desafios que podem encontrar, além de incluir o aluno com deficiência, existem as desigualdades geradas pelo sistema econômico e social, que não possibilita

condições objetivas para o atendimento educacional de qualidade para a classe trabalhadora no ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das pesquisas bibliográficas realizadas, foi observado que é evidente a importância de uma boa prática pedagógica e uma formação adequada, aos professores de educação física, isto se torna um diferencial hoje em dia, pois o professor deve sempre ficar atento as novas práticas, deve estar habilitado a buscar de forma continua o seu conhecimento. Observou-se que os professores devem estar preparados para receber alunos com deficiência em sua sala de aula. É necessário que os professores não tenham resistência em estar em constante aprendizado, devem buscar sem metodologias que desenvolvem o aprendizado de alunos com surdez. É necessário um investimento não apenas na formação do professor mais também a escola para melhora na acessibilidade. Os PCN's são recursos muito bons aos professores de educação física, é um grande referencial para a formação escolar de nossos alunos.

A escola também tem o seu papel, devendo criar espaços e ambientes que contribuem para a adaptação do aluno com deficiência e possibilitando a formação continuada dos profissionais. Os professores de educação física têm a responsabilidade de auxiliar na realização da prática, por serem profissionais capacitados e por consequência no aprendizado. É possível perceber o quanto se torna complexa a tarefa de ensinar para aqueles alunos que possui dificuldades, seja esta motora, cognitiva, afetiva, pois estas dificuldades podem influenciar na postura de outros alunos e o professor deve estar preparado para atuar de forma inclusiva e respeitando a individualidade de cada um. O professor deve ser capaz de estabelecer mecanismos de inclusão na fase do planejamento de suas aulas, prevendo o que pode ocorrer ou, até mesmo, deve usar sua criatividade para que possa atuar em casos não pensados antes da aplicação da aula, mas que possam surgir no seu decorrer. Sugere-se então, mais estudos sobre o tema em questão, visto que os professores de educação física não estão preparados para receber alunos surdos em suas salas de aula.

Os objetivos propostos foram alcançados, tudo confirma com minha hipótese levantada, a resposta para o problema foi respondida, todos os autores estão a favor que os professores precisam de habilidade para o processo de inclusão. É importante os professores serem formados em educação física e ser preparados sempre para a inclusão. Foi de grande relevância este estudo pois nos proporcionou

conhecimentos sobre o conteúdo da importância de termos profissionais capacitados e habilitados para o processo de inclusão de alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Winey Pimenta; Forte, Raíssa P Cunha; Beatriz, Layla de F Barros; do Vale, Jéssica Ribeiro. A inclusão de alunos surdos nas aulas de educação física no ensino regular na perspectiva da atuação do professor e da acessibilidade da escola. Disponível em <<file:///C:/Users/dougl/Downloads/7814-Texto%20do%20artigo-27644-4-10-20200722.pdf>> .
- BERGMANN, L. (2001) Espaço, n.º 16. Rio de Janeiro: INES. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf>> Acesso em 03 de abril de 2020.
- BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos** - ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>
- BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 03 de abril de 2020.
- BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm
- BRASIL, Base nacional comum curricular, disponível em : <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#estrutura>
- BRASIL, MEC, SEB, DPE, COEDI. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica/DPE/COEDI, 2005a.
- BRASIL, Mec disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em : <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>
- BRASIL. Lei Nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm#:~:text=L10098&text=LEI%20No%2010.098%2C%20DE%2019%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202000.&text=Estabelece%20normas%20gerais%20e%20crit%C3%A9rios,reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs
- BRASIL. Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: [Disponível em:](#)

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 10 de março de 2020.

BRASIL, **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Disponível em:

< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 > Acesso em 20 de maio de 2020.

BETTI, M. Atitudes e opiniões de escolares de 1º grau em relação à Educação Física. In: XIV SIMPÓSIO DE CIÊNCIA DO ESPORTE. 1986. São Caetano do Sul. Anais. São Caetano do Sul. Celafiscs. Fec. do ABC, 1986. p. 66. . Ensino de 1º. e 2º. graus: Educação Física para quê? Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 13, n. 2, p. 282-7, 1992. . Valores e finalidades na Educação Física escolar: uma concepção sistêmica. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 16, n. 1, p. 14-21, 1994a.

BUENO, J. G. S. (2001). A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 9, n. 54, (pp. 21-7). São Paulo: Memnon.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. **Introdução à Educação Física e ao Desporto Adaptado para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Curitiba: Editora UFPR, 1ª Edição, p.124, 2002.

COSTA, Allan J. S. **Finalidades e objetivos da educação física escolar**.

Disponível em:<<http://efartigos.atspace.org/efescolar/artigo1.html>>

DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papyrus, 1995

DARIDO, S.C.; RANGEL. I. C.. A. *Educação física na escola*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FERREIRA, H.S. *Apostila para concurso de professores de Educação Física SD3: Tendências da Educação Física*. Trabalho não publicado. Fortaleza, 2009.

GARCIA, Carlos Marcelo. *Formação de Professores: Para uma mudança educativa*. Trad. Isabel Narciso. Porto Editora, Porto, 1999. Disponível em:

<<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48027/MONOGRRAFIA%20FERNANDA%20DOS%20SANTOS%20KENSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

Acesso em 10 de abril de 2020.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. *Educação Física Progressista*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (Orgs.). *Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. 3.ed. Barueri: Manole, 2013.

GUIJARRO, María Rosa Blanco. *Ensaio Pedagógicos: construindo escolas inclusivas*. Brasília: Seesp, 2005. p180. Disponível em:

< <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf> > Acesso em 02 de abril de 2020.

GUSTAVO, Luiz Silva De Almeida; Gomes, Fernando De Souza. *Educação Física no Contexto Escolar para Alunos Surdos*. Disponível em: <<https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%C2%BA%20Artigo%20de%20ALMEIDA%20e%20SOUZA%20para%20REVISTA%2016.pdf>>.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LIMA, Sônia Maria Toyoshima. *Educação Física e a Escola Inclusiva*. IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada. SOBAMA. Curitiba, dez/2001. Disponível em:

<<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/48027/MONOGRRAFIA%20FERNANDA%20DOS%20SANTOS%20KENSKI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

Acesso em 10 de abril de 2020.

LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luf*: São Paulo: Atica, 2002. p.688. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf> > Acesso em 02 de abril de 2020.

LUZ, Ana Maria. *Formação de professores: um olhar sobre o programa de Formação continuada do município de Sarandi*. Ano 2006. Disponível em:

< <http://www.anped.org.br/25/posteres/soniareginamendes08.rtf> > Acesso em 10 de abril de 2020.

MANTOAN, M. T. E. *O direito de ser, sendo diferente, na escola: inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo, 2006.

p.211. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf> > Acesso em 02 de abril de 2020.

MARCOS, Jorge Ramos; Winchler, Ciro; Antonio, ServioBucioli. *Educação Inclusiva Na Perspectiva Dos Professores De Educação Física Do Município De Santo André*.

Disponível em :<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Ramos-Winckler-Bucioli_2-016_EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-INCLUSIVA-NA-PERSPECTIVA-DOS-PROFESSORES-DE-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-FISICA.pdf>

MATTOS M. G. e NEIRA M. G. **Educação Física na Adolescência**: Construindo o conhecimento na escola. São Paulo: PhorteEditota, 2000.

MOREIRA, W.W.; PORTO, E.T.R.; MARTINS, I.C.; SIMÕES, R. Professor de Educação Física: profissional da complexidade. In: FARIA Jr., A.G. Professor de Educação Física: ofícios da profissão. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Porto: Editores Eunice Lebre e Jorge Bento, 2004.

MORLEY, D. et al. Inclusive Physical Education: teachers' views of including pupils with Special Educational Needs and/or disabilities in Physical Education. **European Physical Education Review**, v. 11, n. 1, p. 84 - 107, feb. 2005.

NASCIMENTO, Karina Patrício *et al.* A Formação do professor de Educação Física na atuação profissional inclusiva. **Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 6, N. 3, p. 53-58. 2007.

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades Educacionais Especiais. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 43, p. 333 - 348, mai./ago. 2012.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA – NEPEF. **Projeto do núcleo de estudos e pesquisa em educação física**. Curso de Educação Física. Escola de Formação de Professores e Humanidades. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

PAULON, Simone M.; FREITAS, Lia B. L.; PINHO, Gerson S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PEREIRA, Tássia Alves; Nogueira, Zenilda Sales; Missias, Ramon Moreira; de Carvalho, Leonardo Duarte; Souza, Edvaldo Couto. Inclusão de alunos com surdez na educação física escolar. Disponível em: <[file:///C:/Users/dougl/Downloads/790-4486-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/dougl/Downloads/790-4486-1-PB%20(3).pdf)>.

PERRET, Y. M.; Batshaw, M. L., **Criança com deficiência**. Uma orientação médica. São Paulo: Ed. Maltese, 1990. Disponível em:

< <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1121-2.pdf> > Acesso em 03 de abril de 2020.

RINALDI, R. P.; REALI, A. M. M. R.; COSTA, M. P. R. Educação especial e formação de professores: onde estamos... para onde vamos?. **Horizontes** (EDUSF), Itatibá, v. 25, n. 1, p. 87 - 98, jan./jun. 2007.

RODRIGUES, David. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas**. Ano 2006. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/EFeInclusaoDavidRodrigues.pdf>> Acesso em 14 de abril de 2020.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Cidade Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3245 1021 | Fax: (62) 3246 1397
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

ANEXO I

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante **BRUNA ISABELE DE LIMA SANTOS**

do Curso de Educação Física, matrícula 201710049006-7
telefone: 99402-1513 e-mail bruna.isabele@hotmail.com

na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **A Importância do professor de educação física na inclusão de alunos surdos no ensino fundamental II**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND)*, Video (MPEG, MWV, AVI, QT)*, outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 10 de dezembro de 2020.

Assinatura do(s) autor(es): Bruna Isabele de Lima Santos

Nome completo do autor: Bruna Isabele de Lima Santos

Assinatura do professor-orientador: Clistênia Prudenciana Diniz

Nome completo do professor-orientador: Clistênia Prudenciana Diniz